



## O PEDAGOGO E O MERCADO ATUAL DE TRABALHO: FORMAÇÃO EM FOCO<sup>1</sup>

### Francilene da Silva Memória

Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Nilton Lins. Graduada de MBA em Gestão de pessoas e Liderança por metodologia Coaching pelo centro universitário Montenegro. Pós-graduada em Desenvolvimento etnicidade e políticas públicas na Amazônia E-mail: francilenememoria@hotmail.com  
*Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Amazonas*

### Janderson Gustavo Soares de Almeida

Especialista em didática do ensino superior pela Uniasselvi. Professor da SEMED. E-mail: gustavo.soares.mao1@gmail.com  
*Uniasselvi*

## RESUMO

Este trabalho tem como título a Formação do Pedagogo para o mercado de trabalho atual, onde o interesse foi investigar sobre as habilidades docentes para atuar como pedagogo frente às mudanças sociais. Para tanto, definiu-se como objetivo geral compreender o processo de formação do pedagogo no atual contexto brasileiro. Os principais autores que embasam tal pesquisa são Brasil (2006), Gadotti (2008) e Morin (2000). O tipo de pesquisa é bibliográfica abordagem qualitativa que nos possibilitou apontar que para a atuação desse profissional nos espaços é necessário que este seja capaz de conhecer histórica e filosoficamente os contextos e os seus sujeitos, principalmente os da realidade atual, sendo ele capaz de organizar o seu trabalho pedagógico promovendo um ensino-aprendizagem que conceba o aluno como um sujeito histórico, autônomo, capaz de produzir por si mesmo o conhecimento.

**Palavras chave:** Políticas Públicas. Formação Docente. Pedagogo

## INTRODUÇÃO

A motivação da escolha do tema da pesquisa se deu devido ao processo de formação ao qual como graduanda vivencio, onde a formação está centrada nas subjetividades dos sujeitos, concomitantemente, com os saberes técnicos, como base para a construção de humanos para trabalhar com a formação humana. Nessa direção, o problema da presente pesquisa se desenvolve em torno das habilidades docentes para atuar como pedagogo frente às mudanças sociais.

Desse modo, a relevância social e acadêmica desse estudo justifica-se, pela possibilidade de reflexão aos que atuam e aos que atuarão na docência, uma vez que os conhecimentos aqui elencados direcionam-se ao contexto atual pautados nas novas exigências

---

<sup>1</sup> Trabalho curricular



para a atuação do pedagogo destacando suas habilidades e saberes para o exercício da docência.

A pesquisa tem como objetivo geral compreender o processo de formação do pedagogo no atual contexto brasileiro. Para tanto, buscou-se como objetivos específicos: identificar as concepções do perfil do pedagogo, expor as políticas de formação de educadores e descrever a prática docente frente a educação contemporânea.

Para tanto, o presente estudo está dividido metodologicamente em três seções: a primeira disserta-se a das Políticas Públicas para a Formação do Pedagogo, ressaltando as mudanças sociais; a segunda discorre acerca da prática docente frente a sociedade do conhecimento; a terceira versa sobre os novos parâmetros e expectativas em relação à identidade do pedagogo.

## **POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DO PEDAGOGO BRASILEIRO**

Vive-se em uma época chamada por muitos como a era da informação. Isso porque, as conhecidas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) vêm provocando, nas últimas décadas, uma mudança impressionante na nossa maneira de trabalhar, de consumir, de viver e conviver.

No entanto, os múltiplos conhecimentos gerados pelas várias ferramentas de comunicação geram, por vezes, muitas dubiedades com relação a veracidade e utilidade dessas informações, pois “[...] todo conhecimento comporta o risco do erro e da ilusão. A educação do futuro deve enfrentar o problema de dupla face do erro e da ilusão” (MORIN, 2000, p. 19).

É importante destacar que o avanço na formação e valorização docente teve início no século XX, mas foi no século atual que as políticas públicas avançaram nesse sentido. A Constituição Federal de 1988, aponta a valorização docente e a melhoria de trabalho como direitos legais. Nessa mesma direção a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 (LDB), reitera a valorização docentes, melhores condições de trabalho, piso salarial nacional, planos de carreira, e ainda, a obrigatoriedade de formação superior para todos os professores.

De acordo com a Resolução CNE/CP n. 1, de 15/05/2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia (DCNP) aplicam-se à:

[...] formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade



Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006, art. 2º, p. 1).

Com relação à política de valorização dos profissionais da educação, destaca-se a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) que após dez anos de criação foi substituído pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), cuja vigência vai até dezembro de 2019.

No ano de 2008 foi criada a Lei nº 11.738 que estabelece o piso salarial o piso salarial para a carreira de professores que atuam na educação básica. Em 2014 foi sancionada a Lei nº 13.005 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de dez anos. Este documento destaca a valorização dos profissionais da educação (BRASIL, 2014, no art. 2º inciso IX).

Cabe destacar que no Ensino Superior é muito comum nos deparamos com graduandos que apresentam dificuldades graves, um exemplo disso é a falta de habilidades escritas e argumentativas. Nesse sentido, é necessário superar as dificuldades de aprendizagem dos futuros professores para que sejam desenvolvidos, efetivamente, as habilidades e competências necessárias para atender a demanda do atual mercado de trabalho.

Contudo, as responsabilidades em efetivar a aprendizagem de todos os alunos não estão reduzidas à atividade docentes, pois os desafios vão além de ensinar, precisam de políticas educativas adequadas ao desafio que as escolas e os professores enfrentam, com maior participação dos Estados Municípios e do Governo Federal, além de desenvolver ações que integrem mais a família na participação da escola como forma de assumir as responsabilidades que este desafio envolve.

## **A PRÁTICA DO PEDAGOGO FRENTE A EDUCAÇÃO DA SOCIEDADE DO CONHECIEMNTO**

A sociedade do novo milênio está marcada pela ênfase na ciência e na tecnologia provocando uma metamorfose nos modos de trabalho, de consumo e de costumes. O que causa estranheza é que nessa era, o novo envelhece mais rápido. Um exemplo disso é que, há poucas décadas atrás possuir uma linha de telefone era ter um bem de alto valor econômico, o que representava *status* social.

Na vertente escolar, se, por um lado a aprendizagem dos conteúdos na visão dos alunos foi por muito tempo requisito para se alcançar uma nota, passar no vestibular, ou em



um concurso público, agora, a aprendizagem parte do princípio questionador da validade e utilidade daquele conhecimento na vida social do aluno, “[...] dessa forma a responsabilidade do professor aumentou, assim como a do aluno em função das necessidades sociais que deve atender” (GASPARIN, 2007, p. 2).

Essas considerações se justificam, pois se na configuração da sociedade as mudanças são intensas, no contexto pedagógico não o são. A escola tem tentado acompanhar as demandas sociais, mas, essa construção é complexa e requer novas atitudes, para tanto, “o papel da Pedagogia é promover mudanças qualitativas no desenvolvimento e na aprendizagem das pessoas, visando ajudá-las a se constituírem como sujeitos, a melhorar sua capacidade de ação e as competências para viver e agir na sociedade e na comunidade” (FRANCO; LIBÂNEO; PIMENTA, 2007, p.89).

A sociedade mudou, os objetivos da educação também mudaram, mas a escola enfrenta grandes dificuldades, pois como mencionado anteriormente, o contexto atual exige mais habilidades e competências dos sujeitos. Nessa direção as Políticas públicas brasileiras promovem ações cujo primeiro passo é garantir que todos os indivíduos em idade escolar tenham acesso à escola.

Nesse sentido, Morin (2000) em seu livro os Sete Saberes necessários à educação do futuro, apresenta reflexões sobre os saberes necessários que inspiram novas práticas para o educador. Segundo o autor a educação é acima de tudo a condição humana, e esclarece que:

O ser humano é a um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social, histórico. Esta unidade complexa da natureza humana é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas, tendo-se tornado impossível aprender o que significa ser humano. É preciso restaurá-la, de modo que cada um, onde quer que se encontre, tome conhecimento e consciência, ao mesmo tempo, de sua identidade complexa e de sua identidade comum a todos os outros humanos (MORIN, 2000, p. 12).

Portanto, a educação deve ter como ponto de partida a própria condição humana, como forma de direcionar o ensino às expectativas, necessidades, fragilidades, entre outras características correspondentes à essência humana. Nessa direção as disciplinas devem levar em conta a complexidade do homem na sua interação com o meio social, tomando o sujeito como um ser antropológico.

Para tanto, é necessário reunir o maior número de conhecimentos possíveis sobre esse sujeito, tendo em vista que as ciências de um modo geral devem estar a serviço do homem. Cortella (2014) acrescenta que o professor para atender as demandas atuais precisa ter entre outras características, humildade de pensamento, de relacionamento e que desenvolva a prática responsável de sua profissão, e, principalmente, o reconhecimento de que o aluno de



hoje não é mais aquele de dez anos atrás, por isso deve ser sensível às mudanças e às novas necessidades dos sujeitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os elementos contidos na discussão sobre políticas de formação de educadores, podemos destacar alguns aspectos relevantes para reflexão. Um deles refere-se aos múltiplos espaços de atuação do pedagogo a partir das DCNP de 2006, a qual ampliou a atuação desse profissional instituindo como espaços profissionais a além da educação infantil, os anos iniciais do ensino fundamental, a educação de jovens e adultos, a área administrativa, hospitalar e empresarial.

No entanto, a extensão de campo de atuação trouxe uma carga maior de responsabilidade, pois os espaços deixaram de ser exclusivamente escolares e passaram a ser espaços pedagógicos, uma vez que, a educação está onde se constrói e reconstrói as possibilidades de aprendizagem levando o profissional a pensar e repensar seu papel na formação integral dos sujeitos.

Com relação à prática docente frente a educação contemporânea, conclui-se que não há um único modelo de educação, bem como a escola não é o único espaço onde ocorre o ensino-aprendizagem, podendo sim, ocorrer em lugares fora da escola desde que o ensino-aprendizagem seja devidamente mediado pelo professor, portanto onde estiver a necessidade de aprendizagem ali está o pedagogo.

Assim sendo, o processo de formação do pedagogo no contexto atual envolve políticas públicas e ações que promovam a ampliação, melhoria e fomentação das bases formativas dos cursos de pedagogia, além disso, melhor formação continuada e reconhecimento para a promoção e valorização desses profissionais.

Por fim, ressalta-se para haver mudança de comportamento devemos assumir uma nova postura filosófica buscando na pesquisa científica o entendimento necessário para o docente, bem como para o aprendiz discente, despreendendo-se de posturas ortodoxas, disciplinadoras e autoritárias.

Este estudo, portanto visa contribuir para novas reflexões sobre a formação contínua, como forma de compreender as necessidades dos sujeitos e prever conflitos existentes no contexto pedagógico, levando professores em formação ou formação continuada e graduando de todas as áreas a buscarem na pesquisa científica a base para a sua formação profissional.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Nº13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Ministério da Educação (MEC). Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)> Acesso em: 15 de mai. de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Ministério da Educação. Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: 31 mar. de 2017.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Pedagogia**. Resolução CNE/ CP nº 01, de 15 de maio de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)> Acesso em: 15 de maio. de 2017.

CORTELLA, M. S. **Educação, escola e docência: novos tempos, novas atitudes**. São Paulo: Cortez, 2014.

FRANCO, M. A., LIBÂNEO, J. C.& PIMENTA, S. **Elementos para a formulação de diretrizes curriculares para cursos de Pedagogia**. Cadernos de Pesquisa, v.37, 2007.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a Pedagogia Histórico-crítica**. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

MORIN, E. **Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 2. ed. – São Paulo: Cortez. Brasília, DF : UNESCO, 2000.